

Porto Alegre — Jurandir Silveira

## Tribunais de Justiça designarão juízes para causas agrárias

BRASÍLIA — Sob aplausos e por 71 votos a dois, a Comissão de Sistematização decidiu que, para prevenir e dirimir conflitos fundiários, os tribunais de justiça de todos os estados designarão juízes especiais com competência exclusiva para questões agrárias. A medida substitui as varas de justiça agrária que, desde o início dos trabalhos da Assembléia Constituinte, a esquerda tenta inserir no projeto, contra a vontade da direita.

Com a aprovação dessa emenda, proposta pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE), a Comissão decidiu também que, para solucionar conflitos agrários, os juízes especiais deverão se deslocar até a área da demanda, sempre que se tornar necessário. Apenas os constituintes Manoel Moreira (PMDB-SP) e Luís Eduardo (PFL-BA), filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, votaram contra a proposta. Ao justificar sua emenda, Roberto Freire disse que seu principal objetivo era reduzir os assassinatos decorrentes de questões fundiárias.

Irritado, ele estranhou o fato de o relator Bernardo Cabral ter retirado da última versão do seu projeto a justiça agrária, e argumentou que era a hora de restabelecer essa providência em benefício da reforma agrária. Falando contra a emenda, o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) disse que a justiça agrária seria um ônus inútil para o país, porque, resolvidos os conflitos fundiários, as varas especializadas não teriam mais razão de existir. Mas o deputado Bernardo Cabral terminou concordando com a indicação de juízes especiais, por ver na medida uma possibilidade concreta de melhor funcionamento da Justiça no meio rural.

**TST ampliado** — Também por uma ampla maioria, a Comissão de Sistematização aprovou emenda do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) ampliando de 23 para 27 a composição do Tribunal Superior do Trabalho. A emenda foi aprovada por 75 votos a três e seu principal resultado é que, em vez de funcionar em quatro turmas, o TST funcionará agora em cinco. Esse remanejamento da distribuição dos juízes contribuirá, na opinião de Egídio Ferreira Lima, para reduzir significativamente as causas trabalhistas em andamento.

A votação mais difícil da sessão de ontem foi uma tentativa do deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) de suprimir do projeto o Conselho Nacional de Justiça, proposto como órgão de controle externo da atividade administrativa e do desempenho do Poder Judiciário. Falando em nome do lobby do Judiciário, Adolfo Oliveira disse que a manutenção desse artigo no projeto serviria apenas para cercear a magistratura nas suas garantias de liberdade e independência. Os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) correram então ao microfone para defender o artigo, semelhante, segundo eles, a artigos que vigoram nas mais sólidas democracias do mundo.

Ao final, por 46 votos a favor e 40 contra, a proposta de Adolfo Oliveira foi prejudicada, por não alcançar a maioria de 47, e o Poder Judiciário ficou submetido ao controle externo de um Conselho Nacional de Justiça, a ser composto por pessoas indicadas pelo Congresso Nacional, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

**Mudanças** — Encerrada a sessão, o projeto de Bernardo incorporara as seguintes mudanças, a primeira ao final do capítulo dos "Tribunais e juizes dos estados, do Distrito Federal e territórios": "Para prevenir e dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias". Esse artigo deverá entrar após o 143.

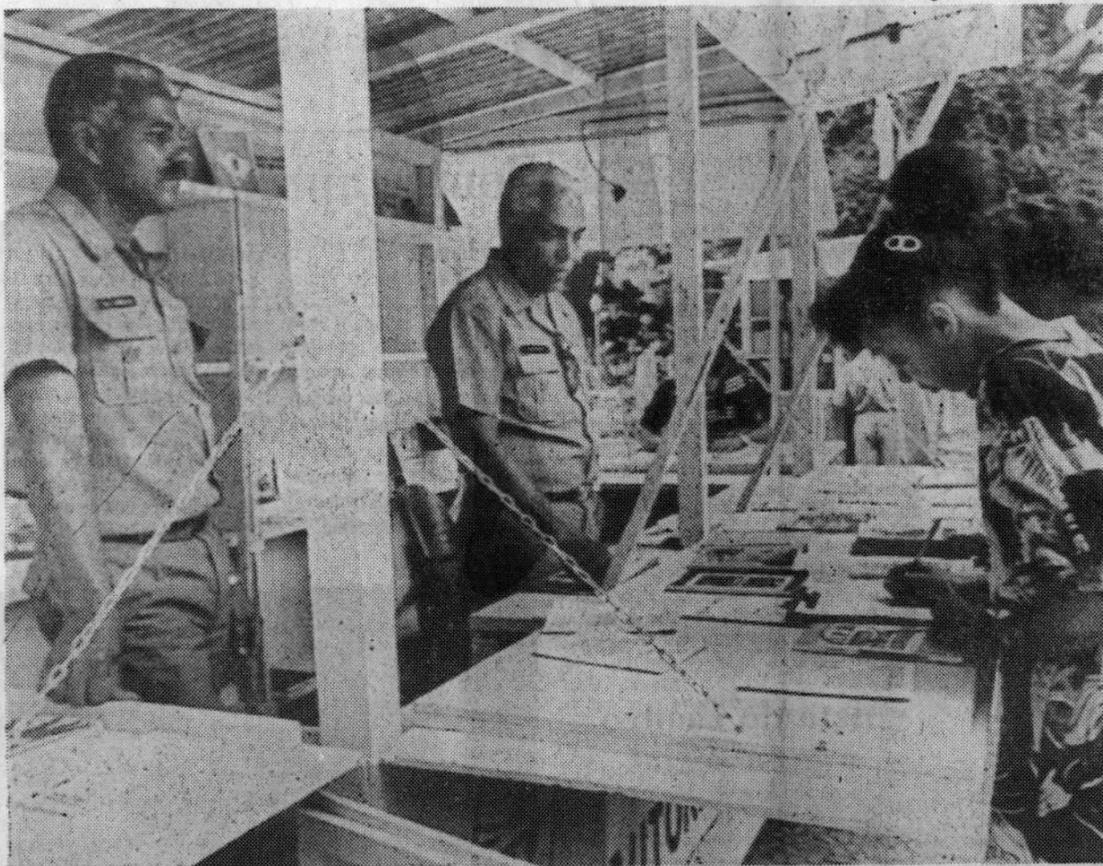
A segunda modificação aprovada altera o parágrafo primeiro do artigo 130, que ganha a seguinte redação: "O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de 27 ministros, dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, nomeados pelo presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo: a) dezessete togados e vitalícios, dos quais onze juízes de magistratura trabalhista, três dentre advogados com pelo menos dez anos de experiência profissional e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho; b) dez classistas temporários em representação paritária dos empregados e empregadores".

## Número de deputados federais deve crescer

A Comissão de Sistematização deverá votar hoje, com grandes chances de aprovação, segundo avaliação da liderança do PMDB, o aumento do número de deputados federais. O estado mais beneficiado é São Paulo, que passaria de 60 para 80 representantes na Câmara dos Deputados, seguido por Minas Gerais (de 53 para 60 deputados) e do Rio de Janeiro (de 46 para 52).

Pela proposta, outros nove estados também teriam suas bancadas de deputado aumentadas: Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Goiás, Pará e Santa Catarina. Projeções feitas indicam que a Câmara passaria dos atuais 487 deputados para 542. Nenhum estado teria a representação diminuída.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia, são a favor do aumento do número de deputados. Os defensores da proposta argumentam que, assim, se corrigiria a distorção hoje verificada. São Paulo, com cerca de 30 milhões de habitantes, tem 60 deputados (teto máximo da atual legislação). Ou seja, um deputado para cada 500 mil habitantes em média. O Acre, com 380 mil habitantes, tem oito deputados, um para cada 47 mil habitantes. Isso significa que o coeficiente de 500 mil votos necessários para eleger um deputado federal em São Paulo é maior do que toda a população do Acre.



Oficiais, cabos e soldados querem obter um milhão de assinaturas em favor da PM

## PM gaúcha vai às ruas contra transferência de poderes à Polícia Civil

PORTO ALEGRE — Numa mobilização sem precedentes no estado, oficiais, cabos e soldados da Brigada Militar estão coletando assinaturas nas ruas contra o dispositivo aprovado na Comissão de Sistematização da Constituinte que transfere para as polícias civis a competência do policiamento preventivo, restringindo as funções de corporações militares apenas a ações contra distúrbios.

O chefe de Relações-Públicas da Brigada, tenente-coronel Bento Vasconcellos, disse que a corporação espera obter no Sul pelo menos 1 milhão de assinaturas. A intenção do movimento, segundo ele, não é tirar espaço da polícia civil, mas garantir o espaço da Brigada.

O abaixo-assinado será entregue ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pelo próprio comandante da corporação, coronel Jerônimo Braga, que embarca pela manhã para Brasília. Sessenta organizações da Polícia Militar estadual, inclusive os bombeiros e a polícia montada do interior, foram mobilizadas na campanha, num total de cerca de 20 mil homens.

Pelo novo dispositivo, a polícia civil assumirá a competência pelo policiamento preventivo nas ruas, controle judiciário e patrulhamento em áreas de segurança. As polícias militares terão desempenho limitado a casos de extrema crise.

Para o tenente-coronel Bento Vasconcellos, a ampliação da competência da polícia civil foi conseguida junto aos constituintes pela Associação Nacional dos Delegados "uma organização muito forte". Entretanto, ele confia no bom-senso dos deputados "porque não julgamos oportuna nem economicamente adequada essa mudança em toda a estrutura de segurança à comunidade".